

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Do Sr. MARCELO CALERO)

Requer informações ao Exmo. Ministro de Estado da Educação sobre a retirada de vídeos da página eletrônica do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Educação, Sr. Ricardo Vélez Rodríguez, no sentido de esclarecer a esta Casa quanto à remoção de vídeos da TV INES, canal acessível à comunidade surda, implementado pelo Instituto Nacional dos Surdos (INES), em especial questões relacionadas à ocorrência e justificção para a remoção dos vídeos da página eletrônica, e ao comunicado emitido pelo Ministério da Educação (MEC) em suas redes sociais, nos termos abaixo:

- a) Se existe uma lista de “programas proibidos”, conforme matéria veiculada pelo Jornal Folha de São Paulo, relativos a temas considerados “de esquerda” e se esta lista teria motivado a retirada dos vídeos (anexo I);
- b) A instância, os critérios e o responsável direto pela decisão sobre quais vídeos devem integrar ou devem ser excluídos da programação da TV INES;
- c) O nome da unidade funcional responsável pela elaboração e aprovação do conteúdo do comunicado divulgado pelo MEC nas redes sociais sobre o caso em tela (anexo II).

- d) Dados a respeito da sindicância, alegadamente aberta pelo MEC, para apurar a exclusão de vídeos da programação da TV INES;
- e) Se há no histórico recente de notas e comunicados públicos daquele Ministério menção direta a algum jornalista em particular. Em caso positivo, se a menção inclui dados a respeito do histórico ou conduta profissional, tal qual, de forma condenável, feito na nota de resposta ao jornalista Ancelmo Gois.

JUSTIFICAÇÃO

Com os meus cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar esclarecimentos sobre a nota à imprensa (anexo II), divulgada nas redes sociais do Ministério da Educação (MEC) sobre a retirada de vídeos da página eletrônica do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), órgão vinculado ao MEC. Segundo informado, os vídeos, em Libras, contavam a história de personagens como Karl Marx, Friedrich Engels, Marilena Chauí, Antonio Gramsci e Friedrich Nietzsche.

A notícia sobre a retirada dos vídeos foi veiculada pelo Jornal O Globo (anexo III), na coluna do jornalista Ancelmo Gois, no dia 29/01/19. Segundo a nota, o MEC havia instaurado sindicância para apurar a retirada dos vídeos, que iriam ser reinseridos na página eletrônica do instituto.

Ainda segundo a nota, em apuração preliminar do MEC, os vídeos haviam sido retirados em abril e em novembro de 2018. No entanto, o jornalista Ancelmo Gois, em nova nota do Jornal O Globo do dia 30/01/19, publicou dados que comprovariam que os vídeos estavam no ar até, pelo menos, dia 2 de janeiro de 2019.

Para além da preocupação com a retirada de vídeos da plataforma TV INES por motivação de ordem ideológica, ação que, definitivamente, não cabe ao Governo, causa estranheza as duras críticas diretamente direcionadas ao jornalista Ancelmo Gois incluindo avaliações sobre

sua trajetória pessoal e profissional. Não temos notícias de que, em passado recente, o MEC tenha se prestado ao papel de dirigir ataques tão severos e contundentes a qualquer jornalista, o que, de fato, não parece adequado no contexto institucional da República. Note-se, ainda, que causa estranheza, também, a própria redação da nota, cuja irregularidade no uso do vernáculo vai de encontro ao que se esperaria de um órgão governamental.

Na mesma linha, o jornal Folha de São Paulo publicou, em 30/01/19 (anexo I), matéria na qual informa que uma lista de “programas proibidos” começou a circular entre os funcionários do INES. A lista, segundo a reportagem, apontava programas que deveriam ser retirados da página eletrônica.

A retirada dos vídeos sem justificativa e a circulação de suposta lista de programas considerados proibidos causa preocupação. Nosso mandato preza pela livre circulação das ideias e é veemente contra qualquer tipo de restrição de conteúdo sob qualquer alegação.

Tendo em vista o exposto, creio que as informações solicitadas são relevantes para melhor compreensão desta Casa sobre os fatos ocorridos bem como sobre as decisões de gestão administrativa relacionadas às políticas de inclusão implementadas pelo MEC e pelo INES.

Agradeço antecipadamente a colaboração e atenção de Vossa Excelência para esclarecimento completo desses fatos junto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado MARCELO CALERO